



desregulamentação e a privatização das políticas sociais, com impactos nas reformas educacionais dos anos 1990 (BRUNO, 1997). A globalização trouxe também a expansão da cultura digital, transformando as formas de aprender. Para Mészáros (2008), há uma desvalorização das políticas sociais sob o pretexto de "reforma" e "ajustes", o que se aplica à educação escolar pública.

Nesse cenário, o neoliberalismo afirmou-se como a lógica que subordina a sociedade ao mercado, inclusive a educação. No Brasil, esse processo resultou em reformas que fragilizaram a escola pública e precarizaram a formação e o trabalho dos professores.

Justificativa e problema da pesquisa

O neoliberalismo surgiu como resposta às políticas de bem-estar social desenvolvidas após a Segunda Guerra Mundial. Enquanto o Estado de bem-estar buscava garantir direitos sociais e o pleno emprego, o projeto neoliberal passou a defender a redução da intervenção estatal e a ampliação do papel do mercado. No campo educacional, organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial pressionaram países em desenvolvimento a adotar reformas alinhadas ao ajuste fiscal, afetando currículos e organização escolar no Brasil (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012). A questão central é: de que maneira o neoliberalismo, como macrotendência global, reconfigurou as políticas educacionais brasileiras, comprometendo a escola pública e a formação docente?

Este trabalho partiu de estudos dirigidos na disciplina de Políticas Públicas, no 4º período do curso de Pedagogia, campus Unimontes Brasília de Minas, com base em leituras, fichamento e ciclos de debate sobre Estado, governo e políticas públicas.

Objetivos da pesquisa

O objetivo geral é analisar, a partir de estudos exploratórios bibliográficos, como o neoliberalismo reconfigurou as políticas educacionais brasileiras, com foco nos impactos sobre a escola pública e a formação docente, identificando como a lógica do mercado penetrou nas políticas de educação escolar pública no Brasil.

Referencial teórico que fundamenta a pesquisa

Souza (2003) e Rua (1997) definem políticas públicas como o processo pelo qual o governo traduz demandas sociais em ações concretas, o que ajuda a entender como as pressões dos organismos multilaterais viraram reformas educacionais concretas no Brasil. Dias (2013) e Passaes et al. (2008) situam o Estado como nação politicamente organizada, cuja tarefa central é a prestação de serviços públicos, entre os quais a educação ocupa papel essencial.

Dentro das macrotendências em políticas e organização do Estado, Gentili (1996) argumenta que o neoliberalismo é um projeto hegemônico que age tanto nas políticas concretas quanto na mentalidade das pessoas, naturalizando o mercado como única saída. No campo educacional, isso significa "transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado, questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade" (GENTILI, 1996, p. 28). Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) mostram como os organismos multilaterais exportaram um modelo para formar trabalhadores flexíveis e consumidores, não cidadãos críticos.

Procedimentos metodológicos



Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica qualitativa de caráter crítico-analítico, com base em autores que versam, de modo crítico-reflexivo, no campo das políticas públicas, da teoria do Estado e da crítica ao neoliberalismo na educação.

Análise dos dados e resultados finais da pesquisa

A partir das leituras e debates em sala na disciplina de Políticas Públicas, verificou-se que esse projeto não ficou só no discurso oficial. Chegou às escolas por caminhos bem definidos. Um exemplo, segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), é a proposta de vouchers de acesso à escola privada, mecanismo que transfere ao indivíduo a responsabilidade pela escolha dos serviços educacionais. Embora apresentado como ampliação da liberdade, esse modelo gera exclusão e segregação. A tentativa de privatizar as universidades públicas aponta na mesma direção: o que foi construído como direito passa a ser tratado como serviço a ser comprado e vendido.

Na gestão escolar, a adoção de critérios de eficiência, produtividade e meritocracia revela a presença da lógica empresarial. O professor deixa de ser compreendido como intelectual e passa a ser tratado como prestador de serviços, avaliado por resultados mensuráveis. Gentili (1996) aponta que essa narrativa privatiza o fracasso escolar, tornando-o responsabilidade individual, e deslegitima a defesa coletiva da educação pública. Anderson (apud LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012) sintetiza o paradoxo: economicamente esse modelo fracassou, criou sociedades mais desiguais e impôs a ideia de que não há alternativas.

Relação do objeto de estudo com a pesquisa em Educação e eixo temático do COPED

O que este trabalho discute é exatamente o que o Eixo 6 propõe investigar: as políticas públicas educacionais na realidade brasileira e seus impactos sobre as instituições de ensino. Sua relevância social está em mostrar como a lógica empresarial na gestão educacional compromete a qualidade do ensino e a função social da escola pública, sobretudo para as populações mais vulneráveis.

Considerações finais

Destarte, o neoliberalismo não chegou à educação brasileira como fenômeno passageiro, reverberando como macrotendência que tende a gerar exclusão. Instalou-se nas estruturas do Estado, privatizou serviços que eram direitos, flexibilizou o trabalho docente pela intensificação de atividades e introduziu a lógica da eficiência e da competição entre escolas pelo ranqueamento em avaliações de larga escala. Enfrentar esse processo passa por reafirmar que a escola pública tem função social insubstituível, que não se mede por indicadores de mercado, mas pela formação de qualidade, de modo ético, estético, humano, crítico e transformador, em favor da cidadania.

Referências

BRUNO, Lúcia. Poder e Administração no Capitalismo Contemporâneo. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. São Paulo: Atlas, 2013.

**XVII CONGRESSO
NACIONAL DE
PESQUISA EM
EDUCAÇÃO**
COPED/2026
09 A 11 DE JUNHO



**EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO
DE UM NOVO MUNDO:
UTOPIAS HEIBERLIANAS**



GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

PASSAES, Fernando Mendes et al. Estado, Governo e Administração Pública. **Revista Científica da Faculdade Don Domênico**, Guarujá, 2008.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. Washington: Indes/BID, 1997. Disponível em: <<https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>>. Acesso em: abr. 2026.

SOUZA, Celina. **"Estado da Arte" da Área de Políticas Públicas: Conceitos e Principais Tipologias**. Caxambu: ANPOCS, 2003. (Versão preliminar).